

## IMPACTO DAS ASSESSORIAS E A REPRESENTAÇÃO LGBTQ+ FEITA PELO JORNALISMO DIGITAL DE CUIABÁ<sup>1</sup>

**Thays Luz Amorim**

*Graduanda do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, thaysufmt@gmail.com;*

**Tamires Ferreira Coêlho**

*Professora orientadora. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMT, tamiresfcoelho@gmail.com.*

### Resumo

Este trabalho busca compreender os impactos das assessorias de imprensa na cobertura de pautas relacionadas a pessoas LGBTQ+ feitas pelo jornalismo digital de Cuiabá-MT, mais especificamente pelos sites Olhar Direto e RD News, no período de março de 2019 a fevereiro de 2020. A metodologia escolhida foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016) e, por meio dos mecanismos de coleta, foram reunidas 118 matérias que continham expressões de gênero e sexualidade englobadas na sigla LGBTQ+. A análise aponta um alto índice de aproveitamento dos materiais de assessorias do Poder Público, com a priorização de fontes oficiais em detrimento de pessoas LGBTQ+, prejudicando a representatividade e possibilidades de humanização dessas pessoas nos sites jornalísticos cuiabanos. Uma vez que as assessorias geralmente não produzem/distribuem conteúdos para além de texto escrito e fotografias, a multimídia (aspecto essencial à produção digital e à humanização jornalística) é prejudicada e impacta na falta de representação da população LGBTQ+, além

<sup>1</sup> Artigo proveniente de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso.

de prejudicar as rotinas produtivas jornalísticas, já que a reprodução de conteúdo de assessoria toma o lugar de produções autorais comprometidas com a ética e a responsabilidade social, sobretudo em relação a orientações sexuais e identidades de gênero consideradas dissidentes.

**Palavras-chave:** LGBT+, Assessoria, Representação, Jornalismo Digital.

## Introdução

O trabalho busca compreender, por meio da análise de conteúdo, de que forma se dá a construção noticiosa da população LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais/Travestis e pessoas com outras orientações sexuais e/ou identidades de gênero)<sup>2</sup> em dois grandes sites de Cuiabá-MT, o Olhar Direto e o RD News. Foram analisadas 118 matérias entre março de 2019 e fevereiro de 2020 que tinham como pauta temas de gênero e sexualidade que englobam a população LGBT+ (59 matérias do Olhar Direto e 59 matérias do RD News). A partir dessas matérias coletas no período estabelecido, utilizou-se uma planilha, no formato XLSX, para obter dados sobre indícios de interferência de assessoria de imprensa no texto, editoriais, fontes, se o conteúdo era restrito a fontes oficiais, quantos personagens foram utilizados, além de elementos de multimídia e hipertextualidade.

A pesquisa utilizou o método de análise proposta por Bardin (2016) para a organização dos dados na planilha e uma pré-análise do corpus da pesquisa. A partir de Pitkin (2006) e Jodelet (1989), pensamos na representação das narrativas de pessoas LGBT+ no jornalismo feito a partir dos dois sites e em como ela é construída e repercutida socialmente. O conceito de representação é fundamental à pesquisa porque nos permite compreender de que modo pessoas LGBT+ e suas demandas são (ou não) visibilizadas.

Do total de 118 matérias coletadas no período estabelecido, 58 textos possuem indícios de assessoria – ou seja, são conteúdos parcial ou totalmente reproduzidos das assessorias, sem uma apuração própria do veículo. Por meio desses dados, buscou-se compreender de que modo as assessorias de imprensa, principalmente as que são vinculadas ao Poder Público e são entendidas como fontes oficiais,

---

2 Por uma questão de conforto de leitura, e para delimitarmos um campo específico, optamos por manter a sigla LGBT+ para mencionar esse grupo de pessoas. Entendemos que a linguagem, muitas vezes, é limitadora e reproduz opressões históricas. Delimitamos, portanto, a palavra LGBT+ com ressalvas, compreendendo suas limitações e restrições dentro da pesquisa. Ressaltamos que os estudos de gênero e sexualidade não se limitam apenas ao universo da sigla aqui adotada, e que existem outras possibilidades resultantes de debates e estudos.

impactam na representação jornalística de pessoas LGBTQ+, principalmente ao reproduzir violências sistemáticas e históricas.

## Percursos metodológicos

Durante a fase de pré-análise do conteúdo, a escolha dos veículos se deu a partir do método da leitura flutuante proposta por Bardin (2016), estabelecendo hipóteses a partir de um primeiro contato com as matérias que englobavam a população LGBTQ+. Buscava-se nesses veículos pré-estabelecidos indícios de autorialidade e conteúdo jornalístico que envolvessem a comunidade LGBTQ+, já que um dos objetivos da pesquisa é compreender de que modo se dá essa representação jornalística.

Para a seleção das matérias, foram utilizados os mecanismos de busca dentro dos sites para identificar e catalogar os materiais que continham, no título, alguma referência à comunidade mencionada. Além do próprio termo LGBTQ+, também foram pesquisadas, separadamente, as palavras dentro do espectro da sigla para ter uma amostragem completa. No total, foram 10 termos pesquisados e levados em consideração para a produção desta pesquisa: LGBTQ+, lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia.

Os veículos também foram selecionados devido à sua importância local, na condição de sites com conteúdo jornalístico. Ambos possuem uma história consolidada no estado e são entendidos como fontes confiáveis devido ao trabalho desempenhado. O Olhar Direto foi criado no começo do ano 2000, enquanto o RD teve início em 2006. Ademais, uma breve análise de tráfego e engajamento dos sites, em consulta ao aplicativo SimilarWeb<sup>3</sup>, mostra um número considerável de acessos no período de 6 meses. O Olhar Direto possui um total de 2,23 milhões de visitas entre os meses de outubro de 2020 e março de 2021, com 1.70 páginas visualizadas por visita. Em relação ao RD News, entre outubro de 2020 e março de 2021, o veículo obteve uma estimativa de 889,1 mil visitas, com 1.73 páginas por visita ao site.

<sup>3</sup> Consulta realizada no dia 19 de março de 2021. O aplicativo possui uma tecnologia de coleta, síntese e modelagem de dados.

A partir da coleta realizada no período de um ano, é possível estabelecer uma série de fatores e pressupostos, a partir dos dados coletados sobre como o Olhar Direto e o RD News lidam com temas ligados a gênero e sexualidade dentro de suas respectivas redações. Em nível local, é fundamental pesquisarmos de que modo essas pessoas LGBTQ+ são vistas e ouvidas pelo jornalismo – ou não – e qual a representação midiática das questões de gênero e sexualidade no jornalismo cuiabano. Por estarmos localizados fora dos grandes centros e de um mercado jornalístico mais efervescente, é imprescindível que possamos compreender como operam os veículos locais e qual é a abordagem dessas pautas.

## Representação LGBTQ+ e jornalismo

O conceito de representação, que trabalhamos na pesquisa para analisar as matérias coletadas, é entendido por Hanna Pitkin (1989) como um fenômeno cultural, político e, sobretudo, humano. Esse fenômeno, que também é social, nos mostra como partilhamos – ou divergimos – de ideias e ideais que nos cercam, que compõem o nosso cotidiano. Ancorada em ideologias, crenças, valores, costumes, imagens etc., a realidade é então construída e partilhada por diversos indivíduos, que constituem o coletivo.

Para Jodelet (1989, p.1), essas representações “nos guiam na maneira de nomear e definir em conjuntos os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la”. A representação se torna quem somos e nos mostra como estamos inseridos em determinados contextos sociais.

Essas definições comuns, estabelecidas e endossadas coletivamente, podem colocar certos corpos em uma condição de aceitação ou de repulsa, de desejo ou de negação, de beleza ou de deformidade, de vida e de morte. Constrói-se e determina-se um denominador comum de representação e de pertencimento social aos indivíduos. Onde e de que forma estamos inseridos? Esta questão, contudo, pode ser respondida e compreendida através do coletivo, por meio de contextos históricos e sociais.

Pensando nas questões de gênero e sexualidade, somente quem compõe o coletivo e obedece à norma cisgênera [quando a identidade de gênero corresponde ao sexo biológico atribuído ao nascimento] e

heterossexual [atração emocional e sexual pelo sexo/gênero oposto] desempenharia o papel de sujeito, de produzir significados a algo e engajar essa força discursiva. Quem obedece a esses parâmetros previamente estabelecidos possuiria, portanto, o poder discursivo sobre corpos LGBT+ devido à posição de privilégio que ocupam, uma vez que corpos cisgêneros e heterossexuais possuem inúmeros privilégios dentro da sociedade.

Além de a heterossexualidade e a cisgeneridade serem entendidas como normas sociais e coletivas, elas também são vistas como compulsórias, ou seja, estão inseridas dentro da normalidade e do que é esperado de um indivíduo, sem que sejam escolhas prévias (VERGUEIRO, 2015). A sociedade, como construção coletiva, denomina e perpetua papéis específicos vinculados a pessoas que nascem com o sexo biológico feminino e masculino e, portanto, especifica ações que são esperadas a essas pessoas.

Para discutirmos essa representação de gênero e sexualidade no jornalismo, é necessário levar em consideração a objetividade jornalística e o seu papel a partir de características sociais bem delimitadas. Moraes e Silva (2019) apontam que a objetividade é entendida a partir da neutralidade e está fundamentada em estruturas epistêmicas provindas do sistema capitalista, patriarcal, ocidental e moderno. Essas estruturas corroboram com a reprodução de ideologias socialmente violentas com corpos dissidentes, como o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Partindo de um sujeito universal (o homem branco, heterossexual, ocidental), a objetividade jornalística permite a reprodução de violências históricas. Ao pensar no poder discursivo e no fato de que o jornalismo possui raça, gênero e uma sexualidade bem delimitada, essas condições de pensamento seguem relegando determinados corpos à marginalidade, em uma representação criminalizadora.

Entendemos que a reprodução das ideologias do machismo e do racismo nos conhecimentos produzidos pelo jornalismo vem sendo sustentada por uma racionalidade que historicamente delineia uma condição mais conservadora no encontro com alteridades, resultando na reprodução de estereótipos e preconceitos. Trazemos para a discussão alguns exemplos do quanto o jornalismo ainda opera simbolicamente nas tramas da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) que historicamente retirou a condição de humanidade e relegou às margens parcelas

gigantescas das populações, muito especialmente as mulheres, os negros, os indígenas – considerados o Outro do sujeito universal. (MORAES; SILVA, 2019, p. 3-4).

Neste contexto, podemos definir que o jornalismo opera uma força na disputa social de narrativas. É por meio da notícia que podemos solidificar estereótipos e contribuir com representações reducionistas de grupos minoritários. O enfoque da notícia passa por processos jornalísticos como escolha de fontes, fotos, determinadas palavras e contextos que podem contribuir para que certos símbolos negativos sejam atribuídos ao objeto. Essa representação no jornalismo, e que de forma isso será externalizado à sociedade, é fundamental para entender a hierarquização do poder e de determinadas narrativas.

É importante pontuar que a narrativa de pessoas LGBTQ+ possui diversas possibilidades no jornalismo digital, que muitas vezes não são exploradas pelo Olhar Direto e RD News. A pesquisa leva em consideração o conceito do jornalismo digital que engloba alguns aspectos como hipertextualidade, multimídia, interatividade, memória, instantaneidade, personalização e ubiquidade (CANAVILHAS, 2014). É por meio do ciberespaço que esses fatores, atribuídos à produção jornalística, foram observados e são passíveis de serem explorados, incorporando novos aspectos às rotinas produtivas e à produção de textos humanizados.

Partimos de Salaverría (2014) para explicar a importância da hipertextualidade e multimídia no jornalismo, pelo seu papel transformador de narrativas. Ao combinarmos diferentes aspectos do meio digital (foto, vídeo, animações, áudios, gráficos, entre outros), é possível humanizar pautas sensíveis por meio dos múltiplos recursos e explorar um lado afetivo para trazer um contraponto ao público e gerar identificação. É no meio digital que os recursos do jornalismo ganham fôlego e permitem que as redações e repórteres possam construir narrativas complexas, que ofereçam diversas formas ao público.

Para além desse debate sobre a multimídia e suas possibilidades, é importante destacar o conceito do “jornalista sentado”, que não se dedica à coleta de informações direto com a fonte e teria um papel de formatação de outros textos, de uma informação que não foi coletada diretamente pelo profissional (NEVEU, 2001, p.7 apud PEREIRA, 2004, p.96). Apesar de se popularizar no jornalismo digital, em veículos convencionais esse tipo de jornalista já praticava

essa função, que não tem contato direto com as informações que são publicadas. Essa questão também envolve, diretamente, a dependência dos veículos em relação às assessorias de imprensa.

A internet não foi responsável pela introdução de um jornalismo estritamente 'sentado'. Basta lembrar que algumas funções dentro de redações convencionais já eram exercidas antes da produção noticiosa na Rede que apenas radicalizou esse tipo de produção ao centrar-se na publicação de informações provenientes, sobretudo, de fontes externas. Essa foi a maneira que as empresas jornalísticas encontraram para manter um sistema de alimentação on-line em fluxo contínuo com quadro profissional reduzido. (PEREIRA, 2004, p. 96).

Em alguns veículos, principalmente os que não são vinculados a grandes conglomerados, não existem recursos físicos e/ou financeiros para uma cobertura fora da redação, que permita uma apuração mais detalhada utilizando ferramentas, sobretudo, multimídia. Apesar de não pertencerem a conglomerados midiáticos, é possível constatar que esse não é o caso do Olhar Direto e do RD News, que utilizam essa apuração in loco, principalmente em matérias da editoria de Política. Apesar de ambos os jornais possuírem uma estrutura que pode ser considerada robusta, tendo em vista outros veículos que não são ligados a conglomerados midiáticos no estado, é possível identificar que pautas relacionadas a gênero e sexualidade não são prioridades para deslocamento de repórteres e recursos.

## Resultados e discussão

A partir da coleta realizada, foi constatado um uso sistemático de fontes oficiais, que provêm, em grande parte, da priorização dos materiais de assessoria. No Olhar Direto, 35 matérias possuem indícios de uso de assessoria, enquanto 38 matérias se restringem às fontes oficiais. Do total de 59 matérias, apenas 23 não possuem indícios de assessoria, enquanto 20 não se restringem exclusivamente às fontes oficiais.

Em relação ao RD News, do total de 59 matérias coletadas, 20 possuem indícios de assessoria, enquanto 29 matérias se restringem às fontes oficiais. 30 matérias não são restritas exclusivamente às



fontes oficiais, o que demonstra um cenário diferente em relação ao Olhar Direto, ainda que a reprodução dos releases represente 1/3 das matérias do veículo. Uma matéria do total coletado não foi considerada para a análise, por ser reprodução completa do site Terra MT Digital.

É importante ressaltar que, ao falarmos sobre matérias com indícios de assessoria, estamos levando em conta textos das assessorias que foram parcialmente ou totalmente reproduzidos pelo site, que reproduzam falas advindas das assessorias e que não possuam qualquer tipo de apuração própria do veículo ou contraponto. Apesar de a assessoria funcionar como uma importante área de atuação do jornalista e contribuir com a função dos repórteres, ao se reproduzir o discurso feito pelas assessorias, prejudica-se a apuração independente.

Os releases (textos técnicos elaborados por assessorias para pautar repórteres), em sua maioria de órgãos governamentais, são construídos com um único discurso, embasados em fontes que priorizem a narrativa do sujeito assessorado. Na maioria das vezes, esses textos não passam por uma apuração e checagem própria do veículo, não se adiciona qualquer contraponto, e são publicados quase na íntegra, não fossem algumas alterações pontuais. Essa aderência das redações aos releases, além de outros fatores, se deve também às técnicas jornalísticas incorporadas nos textos (COÊLHO *et al*, 2020).

[...] O resultado dessa prática é a legitimação de discursos de instituições aparelhadas por assessoria e a ausência de apuração, investigação e contraponto por parte dos jornalistas, a consequência para o público é o consumo de conteúdo jornalístico de qualidade duvidosa [...]

A facilidade que a assessoria tem de interferir nas redações se explica pela apropriação das técnicas jornalísticas utilizadas na produção dos releases, enviando para os jornalistas materiais que respeitam padrões e critérios jornalísticos. Jorge Duarte (2010, p.311) explica que uma boa assessoria “embla” a informação “pronta para o uso ou, pelo menos, para facilitar o trabalho na redação”, de forma a conhecer a pressão dos prazos, da concorrência e os valores-notícia: “o assessor (sobretudo se passou por redações) passa a ter mais chances de interferir no processo, oferecendo pautas e informações adaptadas a cada um” (COÊLHO *et al*, 2020, p.7).

Ao se limitar apenas à publicação das matérias, sem que elas possuam uma checagem própria, independente de outros canais que oferecem as notícias prontas para serem publicadas (PEREIRA, 2004, p.97), o jornalista se restringe a fontes e informações que não foram devidamente checadas e/ou coletadas por terceiros. Isso abre margem para nos questionarmos a autoralidade dessas matérias, já que o jornalista parece atuar em uma espécie de curadoria de dados.

Por curadoria, estamos pensando em um conteúdo que é apresentado de forma organizada e para um fim específico, sob determinados critérios do curador (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012, p. 4-5). Nesse tipo de curadoria, existe uma estratégia e um público para a ação. Em uma análise de 21 veículos, incluindo o Olhar Direto e o RD News, Coêlho et al. (2020, p.10) pontuam que “não há tanta preocupação com a organização da informação, nem com a construção de conhecimento (apenas reprodução das versões de fontes específicas e bem aparelhadas)” na replicação das matérias, o que, em termos de curadoria, também gera um produto problemático.

Quando pensamos no recorte da comunidade LGBTQ+, esse discurso mediado pela assessoria prejudica a diversidade de fontes e personagens por restringir o potencial das redações. Ao falarmos de violência de gênero e sexualidade, é esperado que personagens vítimas de LGBTQ+fobia sejam priorizados e ouvidos em uma matéria. Entretanto, na maioria das vezes, as forças de segurança (que não sofrem a violência retratada) são as principais fontes reproduzidas através dos releases, o que prejudica a pluralidade e diversidade necessária à prática jornalística.

Nesse ponto, destacamos a matéria sobre homicídios motivados por homofobia, do Olhar Direto<sup>4</sup>, um texto reproduzido da assessoria do governo do estado. O texto traz dados compilados pelo Executivo mato-grossense e uma única fala do atual secretário estadual de Segurança Pública de Mato Grosso, Alexandre Bustamante, que detalha tecnicamente sobre a capacitação da pasta em relação ao combate aos crimes de homofobia. Entretanto, esse tipo de representação não é capaz de explorar a subjetividade e complexidade do tema, já que estamos partindo de uma visão estadista e de alguém dentro dos

4 Disponível em: <<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=457867&noticia=em-tres-meses-mato-grosso-registrou-tres-homicidios-motivados-por-homofobia>> Dado coletado em: 15 mai. 2021.

padrões de gênero (cisgeneridade) e de sexualidade (hétero) para falar sobre esse tipo de violência.

Ao não ouvir pessoas LGBTQI+, o jornalismo corrobora com uma visão LGBTQIfóbica e endossa a visão do Estado, que não busca políticas públicas efetivas mesmo em meio a números alarmantes de violência. Se o jornalismo não traz outros lados e prioriza a reprodução de conteúdos de assessoria – ou seja, a versão produzida estrategicamente pelo Estado –, ele recai no erro e não cumpre o seu papel social, de humanização e diversificação.

Em relação a pessoas transexuais e travestis, em alguns casos, a própria assessoria não respeita o nome social de acordo com o gênero – um direito reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal –, divulgando o nome morto<sup>5</sup>. Devido à relação de dependência estabelecida, os veículos também reproduziram o erro da assessoria, sem qualquer edição por parte da redação a fim de preservar a identidade de gênero.

Essa questão também pode ser analisada a partir de uma matéria da editoria de polícia do RD News, em que uma mulher transexual é suspeita de ter aplicado golpes<sup>6</sup>. Apesar de sinalizar que a pessoa se identifica como transexual, o texto traz o nome morto e expõe a sua imagem, ainda que ela esteja em condição de suspeição. A matéria foi creditada à “Redação”, mas o texto com o nome morto foi produzido pela Polícia Judiciária Civil e foi publicado tanto pelo RD News, quanto pelo Olhar Direto<sup>7</sup>.

Reproduzir essas violências, como o desrespeito ao nome social, a veiculação de imagens de pessoas transexuais/travestis assassinadas, ou em condição de suspeição, ainda que a partir de boletins de ocorrência e de textos das assessorias, é, também, trazer toda essa carga de valores para dentro da notícia. Ao não construir uma apuração própria, que priorize a humanização a partir de um conteúdo autoral que explore possibilidades multimidiáticas, o jornalismo corrobora com

5 A pesquisa adotou o termo “nome morto” para se referir ao que, comumente, é conhecido como nome de registro – o nome antigo da pessoa, antes da transição, e que não está de acordo com a sua identidade de gênero

6 Disponível em: <<https://www.rdnews.com.br/policia/conteudos/116723>> Dado coletado em: 15 mai. 2021.

7 Disponível em: <<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=460150&noticia=transexual-e-namorado-sao-presos-por-torturar-e-roubar-homem-durante-programa&edicao=1>> Dado coletado em 15 mai. 2021

representações pejorativas, LGBTfóbicas e patriarcais, que contribuem para perpetuação de violências de gênero e sexualidade.

Essa dependência dos canais das assessorias e das fontes policiais, por meio dos boletins, nos ajuda a contextualizar o perfil do jornalista sentado, apresentado na sessão anterior. O jornalista, bem como o veículo, não se preocupa sobre esses parâmetros cis-heteronormativos reproduzidos – uma vez que as redações também são constituídas desse modo. O profissional, bem como o veículo, deixa de agir diretamente sobre aquilo que chama de notícia e acaba replicando essas representações pejorativas e que invisibilizam pessoas LGBTQ+. Ao deixar de ter uma ação contundente na apuração dos fatos, o jornalista relega isso a outros agentes (forças de segurança, assessorias), que irão reproduzir esses padrões observados.

Outra consequência observada da dependência dos releases é a limitação das possibilidades de multimídia e hipertextualidade, já que as assessorias ainda atuam no formato do jornalismo impresso. Ou seja, se as assessorias não fazem, isso não é reproduzido e incorporado nos jornais. Com relação às produções autorais, poucas reportagens são produzidas e pensadas exclusivamente para o meio digital – percebe-se que não existe uma preocupação para adotar esses elementos multimídia e hipertextuais na narrativa jornalística. A pesquisa relaciona esses pontos com a precarização das rotinas produtivas, que prioriza a quantidade de matérias em detrimento da qualidade.

## Considerações finais

Para além de um retrato sobre a representação LGBTQ+ no jornalismo praticado pelos veículos, pontuamos que pessoas LGBTQ+ ainda não são ouvidas e a representação que se tem ainda é majoritariamente a partir de uma perspectiva normativa (dentro da cisgeneridade e heterossexualidade). A construção noticiosa dos sites não prioriza fontes LGBTQ+ e, na maioria das matérias, não se busca um contraponto à versão oficial. Apesar de a diversidade ser o elemento central das questões de gênero e sexualidade, isso ainda não ocorre no jornalismo, o que impacta diretamente em como essa população está sendo representada.

O alto índice de dependência das assessorias nos mostra um problema estrutural, em que os veículos não buscam uma apuração

independente dos releases e reproduzem representações violentas e opressoras, chanceladas pelo Poder Público. Ao republicar quase que na íntegra esses textos, o jornalismo não cumpre o seu papel social em oferecer um contraponto ao discurso hegemônico e humanizar pessoas LGBTQ+. Ainda que exista a possibilidade de ressignificar essas narrativas, os veículos atuam, na maioria das vezes, no sentido de endossar uma visão estadista que não escuta os mais interessados nessa discussão.

O jornalismo cuiabano perde uma grande oportunidade de experimentação de narrativas e de humanização ao ignorar as possibilidades do jornalismo digital e seguir em um modelo de séculos atrás, improvisado para a web. Ainda que existam recursos, levando em consideração que o Olhar Direto e o RD News são redações consolidadas e com uma equipe significativa, em meio a um cenário de precarização, as produções multimidiáticas são escassas e uma exceção na prática jornalística.

Durante a análise das matérias, após discutir a dependência dos canais das assessorias de imprensa e a pouca diversidade de fontes que impacta na representação LGBTQ+, constatamos que, apesar de Olhar Direto e RD News possuírem redações consolidadas e com uma estrutura relativamente robusta em Cuiabá, não se prioriza uma cobertura autoral da população LGBTQ+, a partir de um jornalismo que esteja interessado em escutar essas pessoas e dar visibilidade a essas vozes.

Ainda que a pesquisa se proponha a analisar matérias da população LGBTQ+ como um todo, diversas possibilidades podem ser exploradas pensando nessa relação de dependência das assessorias de imprensa. Os dados coletados apontam para um viés extremamente criminalizador em relação a pessoas transexuais e travestis, o que reforça representações violentas e estereótipos que relegam identidades de gênero dissidentes à marginalidade.

De um lado, é possível questionar se boa parte do material analisado, mesmo proveniente de veículos autodefinidos como jornalísticos, pode ser considerado noticioso de fato. A ausência de fontes que possibilitem diversificar perspectivas em torno de uma pauta, a escolha por sempre visibilizar a posição de fontes privilegiadas e por eventualmente se restringir a elas, definitivamente, não são posturas compatíveis com os pressupostos básicos da profissão jornalística e não contribuem para a construção de esferas públicas. Ao legitimar

fontes oficiais masculinas, brancas, heterossexuais, cisgêneras, é ainda possível pensar que valores estão construindo os parâmetros tidos como jornalísticos, a própria cultura jornalística, e de que forma o que se pratica e se define como “jornalismo” em Cuiabá pode mais atrapalhar o desenvolvimento de debates sociais importantes, do que efetivamente auxiliar na humanização e na superação de tabus e preconceitos.

É necessário que o jornalismo cuiabano, praticado a partir dos veículos analisados, repense a reprodução de representações criminosas e excludentes, que reestigmatiza pessoas que não pertencem à norma de gênero e sexualidade. Essa representação pejorativa, chancelada pelas assessorias e depois reproduzida pelos sites, contribui para que essas pessoas não tenham espaço dentro da sociedade e normaliza uma concepção patologizante, de repulsa e de ódio.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

COÊLHO, Tamires *et al.* Impacto das Assessorias na Produção Digital Independente em Mato Grosso. In: 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, **Anais...** 2020, p. 1-17.

CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 189p., 2014.

CORRÊA, Elizabeth Saad; BERTOCCHI, Daniela. O algoritmo curador: o papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica de informação. In: XXI Encontro Anual da Compós, **Anais...** Juiz de Fora, 2012, p. 1-15.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989, p. 1-29.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia

descolonizadora. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, **Anais....** Porto Alegre, 2019, p.1-21 Disponível em: [https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT\\_28\\_7677\\_20\\_02\\_2019\\_17\\_55\\_17.pdf](https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf). Acesso em: 04 mai. 2021.

PEREIRA, Fábio Henrique. O 'Jornalista Sentado' e a produção da notícia on-line no CorreioWEB. **Em Questão**, Porto Alegre, v.10, n.1, p. 95-108, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/46029>. Acesso em 12 mai. 2021.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova [online]**, São Paulo, n.67, p.15-47, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452006000200003>>. Acesso em: 15 de abr. 2021.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, João (org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Labcom. Covilhã, Portugal: Livros Labcom, 2014. p. 25-52.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia. 2015.